visuais' oferece suporte a realizações educacionais mais amplas. O que devemos lembrar é que a importância das Artes é mais do que apenas o benefício instrumental, mas o gozo fundamental que acontece como resultado de qualquer envolvimento com as Artes.

No entanto, as artes não apenas cultivam a imaginação das crianças, para que se tornem pensadores mais flexíveis e criativos, mas também ajudam a desenvolver suas capacidades físicas, emocionais e mentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arte e a atividade criativa são essenciais para a formação do ser humano e assumem-se como norteadores das pesquisas que se desenvolvem junto aos professores dos níveis iniciais da educação básica.

São diretrizes porque se busca uma formação docente que permita ao sujeito com quem se trabalha, não só reproduzir o que existe, mas fundamentalmente a partir da multiplicidade de recursos socialmente disponíveis para produzir combinações inovadoras, comprometidas com a ética e a estética de uma vida digna.

Finalmente, uma formação que invista nos sujeitos a partir da convicção de que as produções culturais da humanidade não são privilégio de poucos, mas direito de cada um. Desta forma, pode-se contribuir efetivamente para a (re) criação da existência, tanto pessoal quanto coletiva, desde que estejam reunidas as condições necessárias.

A arte, a criatividade e o jogo como aprendizagem na primeira infância correm o risco de ser relegados à margem à medida que o imperativo de 'empurrar para baixo' para a prontidão para a escola se intensifica nos espaços educacionais e nas expectativas da comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. de. Mulher e educação: a paixão pelo possível. São Paulo: UNESP, 1998.

BRASIL. Fundamentos da educação – As múltiplas linguagens das crianças e as interações com a natureza e a cultura (II): artes visuais. (Livro de Estudos: Módulo IV). Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância, 2006. (Coleção PROINFANTIL; Unidade 5). Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012797.pdf>. Acesso em: 13 março 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação

Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília:

MEC/SEF, 1998. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>. Acesso em: 13 março 2022. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 130p.

Da Ros, SZ (no prelo). O inseparável que se instituiu como parte do grito por um novo síntese: como relações entre ciência e arte. In: AV Zanella, FCB Costa, K. Maheirie & SZ Da Ros (Comps.), Educação Estética e Constituição do Sujeito:

Reflexões em andamento. Argos - Unochapecó.

IAVELBERG, Rosa. Para gostar de aprender arte; sala de aula e formação de professores. Porto Alegre; Artemed, 2003.

RICHTER, Sandra R S. Experiência poética e linguagem plástica na infância. In: 30ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), 2007, Caxambu (MG). Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) : 30 anos de pesquisa e compromisso social. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2007. p. 1-15.

SÁNCHEZ, VÁZQUEZ, A. (1978). As ideias estéticas de Marx (2ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

STERN, Arno. Uma nova compreensão da arte infantil. Lisboa: Livros Horizonte, 1993.

TEPLOV, RM (1977). Aspectos psicológicos da educação artística. In: A. Luria, A. Leontiev, LS Vygotski, GS Kostiuk, DN Bogoyavlensky, NA Menelmnskaya, ZI Kalmykova, RG Natadze et al. (Eds), Psicologia e pedagogia II: investigações experimeis sobre problemas didáticos específicos (pp. 123-153). Lisboa: Stamp.

VAN DER VEER, René e VALSINER, Jaan. Vygotsky: Uma síntese. São Paulo:

Loyola, 1996.

VYGOTSKI, LS. Psicologia da Arte. México: Fontamara. 2004.

A INCLUSÃO ESCOLAR POR MEIO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

CHIRLEY LIMA DA TRINDADE SANTOS

RESUMO

O Atendimento Educacional Especializado voltado para alunos com necessidades educacionais especiais é um dos principais meios para se fornecer a inclusão dentro das escolas de ensino regulares brasileiras. Tal questão abarca alguns quesitos do cumprimento da

função social da escola atual, o de uma educação inclusiva, que compreenda todos os estratos sociais e aqueles que foram excluídos historicamente do ensino regular. O artigo visa, portanto, compreender a importância do AEE para os alunos com necessidades especiais e com dificuldades de aprendizagem.

Palavras-chave: Educação-inclusão--atendimento.

ABSTRACT

The Specialized Educational Assistance for students with special educational needs is one of the main means to provide inclusion within Brazilian regular schools. This question covers some aspects of the fulfillment of the social function of the present school, of an inclusive education that includes all social strats and those that have been historically excluded from regular education. The article aims, therefore, to understand the importance of SEA for students with special needs and with learning difficulties.

Keywords: Art. education-inclusion-attendance.

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais dentro das escolas regulares de ensino é uma das questões que mais intriga, tanto pesquisadores como professores, dentro de uma das principais funções sociais da escola atual, a inclusão. Com isto, buscam-se alternativas, relativas à aplicação de estratégias de ensino, que consigam abranger tais alunos.

O objetivo deste artigo está em ressaltar a importância da inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. Busca-se refletir sobre como é realizado o Atendimento Escolar Especializado, pensando em suas ações e práticas, para os alunos que possuem dificuldades de aprendizagem, além do fator de inclusão social apresentado por esta prática.

O ensino voltado para os alunos com necessidades especiais muitas vezes acaba tomado como uma prática distante, sendo a aplicação deste em sala de aula uma questão quase inatingível, impossível de atender as expectativas sobre as necessidades de aprendizagem dos alunos especiais e conciliá-lo com o ensino regular em sala de aula, porém o estudo do AEE visa contribuir com os alunos dentro do processo de ensino-aprendizagem, promovendo a inclusão dentro das salas de aula.

Sob a luz do conceito de cultura escolar de JULIA (2001), se buscará compreender, tendo como base uma metodologia hipotético-dedutiva, a inclusão como um processo dentro da cultura escolar, como a incorporação de um discurso que é contemporâneo à escola e que apresenta a intenção da criação de um conjunto de práticas relativas à integração de pessoas com necessidades especiais na sociedade.

Além deste, se buscará apoio em autores como BUENO (2001); BRIDI (2009); KASSAR e REBELO (2011); MENDES, PLETSH e SILVA (2011), além da documentação referente às políticas curriculares sobre o Atendimento Educacional Especializado.

DESENVOLVIMENTO

A educação especial, durante toda a sua história, sofreu diversas alterações dentro de seus paradigmas, alterando constantemente seus sujeitos de acordo com que ela se delimitava e criavam-se novos paradigmas a partir das considerações de quem seria inapto a receber uma educação em uma escola de ensino regular. Com isso, o sujeito que está propenso à educação especial não é fixo, e possui diferentes características ao longo da história.

Segundo BRIDI, ensino para este público também se altera. Desde a crença de que o aluno que possui necessidades especiais não estaria apto para o aprendizado, se passou para uma escolaridade que, a partir dos diagnósticos, acabavam por se delimitar espaços escolares que aprisionam o sujeito e o reduzem à condição de sua própria doença. (BRIDI, 2009, p.3).

A dimensão da doença e o grau da desvantagem no ensino que o aluno pode estar associado de acordo com o seu diagnóstico se introduzem a partir da terminologia "necessidades educativas especiais". A autora cita a Declaração de Salamanca (1994), um documento a nível internacional que especifica as orientações para a educação especial.

Dentro das questões sobre as categorias de doenças, o documento busca englobar um contingente maior de alunos dentro da terminologia, abrangendo não só os alunos que apresentam deficiências físicas, mas a todos que apresentavam necessidades especiais durante o processo de escolarização. Para ela:

A ampliação do 'universo' da educação especial e a observação de que o trabalho acabou por se desenvolver com um significativo número de alunos sem deficiência, tornou os aspectos referentes à terminologia e a definição dos alunos da educação especial, um ponto nevrálgico, de discussão, reflexão e impasses no contexto de elaboração da nova Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). (BRIDI, 2009, p.3).,022

A questão dos sujeitos da educação especial, portanto, sempre foi um campo onde se afloram discussões, principalmente quanto às suas delimitações e o modo de como lidar

com estes alunos na questão do aprendizado.

Portanto, de um momento onde o aluno que era considerado com necessidades especiais era excluído do ensino escolar, passa-se a instituir um espaço de ensino separado para estes, diferenciando-os do ensino regular e colocando-os em uma escola que possui seu próprio currículo e suas próprias finalidades, fator que caracterizava seus estudantes como separados dentro da sociedade e dos ambientes de socialização.

A mudança na abrangência de quem eram os sujeitos da educação especial acaba por abrir espaço também para a questão conflituosa entre uma educação especial, onde o aluno especial teria as suas necessidades ouvidas, porém em um espaço separado da sociedade. A educação inclusiva, por sua vez, não estabelece um espaço escolar diferente para os alunos considerados regulares e para os alunos com necessidades especiais, mas busca o estímulo da inclusão e suscita os primeiros debates sobre um atendimento educacional especializado dentro da escola regular.

EDUCACÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O espaço para a inclusão de alunos com necessidades especiais na escola possui um histórico relativamente recente. A inclusão de alunos com deficiências pela escola, portanto, é uma necessidade da escola atual, que busca ser um espaço homogêneo de sociabilidade, abrangendo classes sociais anteriormente excluídas do ensino institucionalizado.

O Atendimento Educacional Especializado surge então como uma forma de adaptar o ensino escolar, em suas práticas curriculares, para a inclusão de alunos com necessidades especiais dentro das práticas escolares, ambiente do qual anteriormente não pertencia, sendo reservado a este aluno um espaço reservado fora do âmbito escolar regular, apresentando um espaço de sociabilidade restrito e à parte da sociedade, aumentando o espaço para a segregação social.

Para MANTOAN, SANTOS e FIGUEIREDO, "A compreensão da educação especial nesta perspectiva está relacionada a uma concepção e a práticas da escola comum que mudam a lógica do processo de escolarização, a sua organização e o estatuto dos saberes que são objeto do ensino formal". (MANTOAN, 2010, p.2). Deste modo, para os autores, a educação especial afeta na organização escolar, e nas práticas da escola, adaptando o ensino formal para uma maior abrangência dentro das necessidades de ensino dos estudantes.

Um aspecto importante dentro da valorização do atendimento a alunos com necessidades especiais dentro da escola que os autores pontuam está na questão da identidade. Para os autores, o poder institucional passa a definir os conceitos de normais e especiais a partir das escolas e suas destinações.

Sendo assim, constroem-se dois sistemas educacionais e espaços de sociabilidade diferentes e opostos entre si, a instituição escolar para alunos normais e para alunos com necessidades especiais. A ideia da educação inclusiva, portanto, está, para o autor, fundamentado em uma concepção de identidade onde não se ordena entre oposições binarias, entre o aluno normal e o aluno especial, dividindo o mesmo espaço escolar.

BUENO, por sua vez, busca observar a ideia da inclusão a partir de dois termos diferentes: a integração e da inclusão. Dois termos à primeira vista similares, mas que expressam duas diferentes condições. O primeiro, a integração, coloca sua problemática sobre as características das crianças especiais, assim, sendo necessária a criação de critérios que delimitem a colocação ou não do aluno dentro do ensino regular. Já a inclusão busca reconhecer o ensino regular sobre outra ótica, onde a escola expressa as mais variadas diferenças entre si.

Para o autor, estas duas definições apresentam duas diferentes concepções para a escola atual. A primeira afirma que a dificuldade dentro da incorporação dos alunos com necessidades especiais à escola reside em suas características pessoais, apresentando uma certa visão acrítica por parte da escola, que assistiria passivamente à essa delimitação entre aluno especial e aluno normal.

Já a segunda definição, para BUENO, considera a existência das múltiplas diferenças, mas afirma que a escola não consegue dar conta desses objetivos, provocando assim para a necessidade de mudanças estruturais na escola. Assim, o autor busca na Declaração de Salamanca, indicando que os governos deveriam estabelecer a mais alta prioridade para o ensino, buscando sempre o seu aprimoramento, como a única forma de efetivação destas medidas de inclusão.

BUENO busca ainda frisar:

Os encaminhamentos dos alunos às classes e escolas especiais, o ensino diferenciado, a terminalidade especificados níveis de ensino e outras soluções precisam ser indagados em suas razões de adoção, interrogados em seus benefícios, discutidos em seus fins, e eliminados por completo e com urgência. São essas medidas excludentes que criam a necessidade de existirem escolas para atender aos alunos que se igualam por uma falsa normalidade – as escolas comuns – e que instituem escolas para os alunos que não cabem neste grupo – as escolas especiais. (BUENO, 2001, p.6).

A discussão sobre a educação especial e a educação inclusiva recai, portanto, sobre o próprio papel da escola. E este papel está ligado diretamente com a finalidade social

que é atribuída à escola, enquanto formadora de uma consciência social que atinja todos os indivíduos. Portanto, a escola regular mostraria abrir mão de seu papel como inclusiva ao delimitar um espaço específico para aqueles considerados fora da normalidade, longe do espaço escolar regular, constituindo espaços específicos e regras impessoais específicas, além de conteúdos de aula e professores que também possuem sua especificidade.

O papel da escola inclusiva, neste espaço, seria o da exclusão desta linha que determina duas escolas diferentes e dois espaços distintos, fazendo com que a escola regular assuma o papel da inclusão social de alunos com necessidades especiais, não reverberando um ensino específico para estes e excluindo-os do convívio comum social dentro da escola.

A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Com a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008, novos parâmetros começaram a se estabelecer dentro da consideração sobre os sujeitos da educação especial, um impasse que é fruto de uma discussão histórica sobre a educação inclusiva, como visto anteriormente.

BRIDI apresenta em seu artigo um excerto relacionado ao texto final da Política, em que se fazem as considerações sobre a noção de deficiência, apresentando quem seriam os sujeitos dessa política, sendo considerados dentro deste campo os alunos com "transtornos globais do desenvolvimento",

"altas habilidades/superdotação" e "transtornos funcionais específicos". (BRIDI, 2009, p.4).

O primeiro grupo de alunos destacados no documento com "transtornos globais do conhecimento" se refere aos alunos que apresentam dificuldades dentro das interações sociais e em atividades de comunicação, abarcando alunos com autismo, algumas síndromes pertencentes aos espectros do autismo e a psicose infantil. O segundo grupo, com "altas habilidades/superdotação" é referente aos alunos que aparentam um potencial elevado no conhecimento dentro de áreas intelectuais, acadêmicas, de liderança, psicomotricidade e para as artes. Quanto ao grupo dos "transtornos funcionais específicos" é caracterizado a partir do diagnóstico que é dado ao aluno, sendo englobados a dislexia, a disortografia, a discalculia, o transtorno de atenção e hiperatividade, dentre outros. (BRASIL, 2008, p.15).

Estes sujeitos, portanto, são aqueles que são caracterizados dentro das normas do serviço de educação especial e possuem a prioridade dentro do Atendimento Educacional Específico. Portanto, a escola passa a abrir os seus portões para englobar os alunos portadores de necessidades especiais, que antes possuíam uma escola e um meio de socialização próprios, porém, dentro da atuação da escola para com estes alunos, o diagnóstico sobre a doença não perde seu sentido, sendo o fator que caracteriza aqueles que pertencem e devem ser atendidos pelo Atendimento Educacional Especializado.

No artigo de KASSAR e REBELO, um importante aspecto destacado pelas autoras sobre estas formas de abordagem da educação especializada, está na própria forma com que este está estruturado. As definições sobre quem seriam os sujeitos "especiais" e a forma de "atendimento especializado" evidenciam um caráter fortemente médico/clínico e que possui seus espaços de segregação. É ressaltado pelas autoras a resolução nº 4 de 02 de outubro de 2009, que passou a estabelecer as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – modalidade Educação Especial, que estabeleciam as salas de recursos "multifuncionais" e os centros de atendimento educacional especializado como os espaços dos alunos "especiais" na escola. (KASSAR; REBELO, 2011, p.4).

Portanto, ainda que, após a instituição do Atendimento Escolar Especializado e com a expansão dos conceitos de necessidades especiais, os alunos considerados especiais não tivessem mais um espaço escolar separado, dentro da escola regular, estes alunos possuem o seu espaço específico para o atendimento.

A escola propicia e abrange os alunos dentro da escola regular, como parte da construção de sua finalidade social, porém estabelece espaços específicos dentro da escola para a educação especial, restringindo o atendimento específico a alguns setores da escola.

Esta forma de lidar com a educação especial, ao mesmo tempo em que auxilia na integração dos alunos dentro da escola, ainda apresenta dentro de si um ponto de distinção social entre o aluno regular e o aluno especial, constituindo espaços específicos dentro da escola.

KASSAR e REBELO destacam que, dentro da história da educação especial brasileira:

A 'especialização' de atendimento ou a 'educação especializada' coube hegemonicamente a dois espaços: às classes especiais e às instituições especializadas. Esses dois espaços, pelas características da política educacional brasileira, foram constituídos entre a iniciativa privada e a pública: o poder público abriu classes especiais para atendimento a diferentes deficiências em escolas das redes estaduais e a iniciativa privada, diante da incipiente ação pública, fundou instituições. (KASSAR; REBELO, 2011, p.2).

Historicamente, dentro da educação

especial brasileira, estes dois espaços ficaram caracterizados como os espaços do ensino à alunos com necessidades especiais. Esta educação, portanto, possui suas bases tanto por parte da esfera pública, porém esta não se dá de forma hegemônica, sendo que a iniciativa privada passa a dar conta de parte desse ensino de forma institucionalizada.

As autoras KASSAR e REBELO frisam, também, que com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, há uma mudança de enfoque, em parte delimitadas pela definição da educação como um direito público subjetivo, e passa a compreender a Educação especial como uma modalidade da Educação brasileira. O atendimento educacional especializado passa a ser citado, na referência sobre o dever do Estado com a educação escolar pública, que só se faria completa com a existência deste. Estabelece-se que o atendimento educacional deve ser oferecido em classes, escolas ou serviços especializados, quando esta integração não for possível dentro das classes de ensino regular "em função das condições específicas dos alunos". (KASSAR; REBELO, 2011, p.9).

Assim, em função do diagnóstico do aluno, e das condições específicas de seu diagnóstico, o seu ensino não precisa ser ditado necessariamente pelo Estado dentro das escolas regulares de ensino, mas poderia também ser atendido por serviços especializados separados do ambiente escolar.

O lugar do aluno com necessidades especiais, desta forma, aparece como um ponto facultativo, dependendo das condições da característica de sua doença. O aluno especial ainda possui, portanto, um espaço separado de ensino, onde sua identidade ainda seria segregada dos espaços comuns de convívio e de sociabilidade.

Este espaço separado de sociabilidade só perde sua força quando o ensino para alunos com necessidades especiais passa a ser indissociável da própria escola. Tal fator só é alterado a partir da já citada Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008. Assim, esta lei promulga que o atendimento educacional especializado possui como função "identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. " (BRASIL, 2008, p.10).

O atendimento educacional especializado passaria a buscar, portanto, a eliminação dentro dessas barreiras de acessibilidade dentro da escola regular, fazendo que o atendimento especializado ocorresse de forma concomitante com a formação regular dos alunos, estabelecendo recursos e promovendo a acessibilidade da escola.

Um importante ponto destacado por MENDES, SILVA e PLETSH (2011) está na inclusão e no diálogo entre a educação inclusiva, os atendimentos educacionais especializados e a noção do currículo escolar. Para as autoras, a simples implantação do Atendimento Educacional Especializado não basta, sendo necessário haver toda uma mudança estrutural e pedagógica dentro das escolas, de forma a abarcar os alunos com necessidades especiais integralmente.

A principal mudança estaria na alteração do atual currículo escolar rígido presente nos conteúdos e metodologias aplicadas, para atender à diversidade dos alunos que passariam a utilizar este material, porém, é ressaltado que a flexibilização dos conteúdos e urgente para o ensino inclusivo, porém não pode ser tomado como uma forma de empobrecimento dos conteúdos ministrados em sala de aula, mas que demandariam toda uma pesquisa de metodologia e de formas de aplicação de conteúdo específicas e a partir da adoção de novas estratégias e abordagens. (MENDES et. al., 2011, p. 259).

Outro ponto de reflexão abordado pelas autoras está na aplicação prática dessas novas estratégias e metodologias aplicadas no ensino especializado. Atualmente, o professor da escola pública já possui uma extensa carga de trabalho de 40 horas semanais. A questão reside no tempo necessário que os professores teriam à sua disponibilidade para a execução do AEE, qual a formação que seria necessária para a implantação desses sistemas, e se o ensino à distância oferecidos à nível nacional seriam capazes de atender à demanda exigida para a atuação do profissional de AEE.

Assim, não bastam apenas a promulgação de bases e da formulação de uma política nacional voltado ao atendimento educacional especializado, mas é necessário emitir políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento das práticas curriculares por parte dos professores, desenvolvendo práticas a serem assimiladas dentro dos currículos escolares e que atendam às especificidades dos alunos. (Idem, p.160) segundo as autoras:

[...] A grande questão é para além da concepção curricular escolhida. Dito de outro modo, na prática parece que os modelos de atendimento ainda surgem com uma lógica adaptativa. Ou seja, diante das diferenças nos modos de aprendizagem, as perguntas curriculares parecem nunca incidir sobre as próprias práticas curriculares a que estão sujeitos os alunos e os professores. O foco de atenção é persistentemente colocado no erro, na dificuldade, na incapacidade, na diferença e no sujeito. O processo parece não ser questionado e as alternativas nesse sentido aparecem como maneira de adaptar o sujeito às práticas instituídas.

(MENDES et. al., 2011, p. 259).

Para as autoras, portanto, o questionamento acerca das atividades educação especializadas vão para além da sua adaptação

no currículo, mas por demonstrar um espaço de adaptação à ordem curricular vigente, de estruturas rígidas, deslocando o questionamento das práticas curriculares, por conta das dificuldades de aprendizagem, para o sujeito que está inserido nestas praticas, sendo anda um espaço de exclusão. Seria necessário, portanto, repensar o currículo escolar e as práticas escolares a partir da relação entre o aluno e o professor, de forma a criar um currículo de forma homogênea, porém flexibilizada.

Outro ponto levantado pelas autoras é da criação, por parte do Atendimento Educacional Especializado, de um espaço-tempo separado dentro da execução das atividades curriculares com os alunos com necessidades especiais. Para as autoras, as salas de recursos multifuncionais dentro das escolas têm sido tomadas como o espaço dentro da escola destinado à estas funções, e estaria à parte da determinação do tempo escolar.

A partir da análise de escolas que possuem o AEE como medida instaurada, as autoras concluíram que as práticas curriculares dos professores dentro destes espaços ora eram organizadas pela característica dos deficientes, e da dificuldade dentro da apreensão de conteúdo e de comunicação destes, e ora eram determinados pelos hábitos professorais, ou seja, nas formas de comunicação estabelecidas pelo modo de ser e estar dentro do ofício docente.

Aliado ao acréscimo de jogos pelo computador e dispositivos que são acoplados à televisão, que aumentam a interatividade dentro da execução de atividades, mas impossibilita o trabalho em grupos, causando uma alteração na dinâmica espaço-temporal dos alunos com necessidades especiais.

Assim, as autoras apresentam que a educação inclusiva deveria ser defendida se articulada à "defesa do acesso e da universalização de uma educação básica de qualidade para toda a população, incluindo os sujeitos com deficiência, que historicamente foram alijados deste processo". (MENDES et. al., 2011, p. 263).

Assim, o Atendimento Educacional Especializado é uma ferramenta fundamental, quando se pensa na necessidade de inclusão dos alunos com necessidades especiais, ao excluir a necessidade de uma escola específica, que excluía os alunos com necessidades especiais do ensino regular. Porém a promulgação apenas burocrática dessas leis não esfacela necessariamente essa distinção, pois move para dentro da escola regular os diferentes espaços e ensino para os alunos com necessidades especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino para alunos com necessidades especiais sempre foram um campo de disputa dentro das políticas escolares. Por início, a determinação de quem seriam os sujeitos dessa educação especial agem diretamente sobre as políticas que seriam aplicadas para a inclusão destes alunos

A escola passou, portanto, de um momento em que os alunos com necessidades especiais eram excluídos do processo de escolarização e considerados inaptos para a convivência escolar, para um momento em que se instituíram escolas específicas para estes alunos, fora do âmbito do ensino regular. Estas escolas ora eram por iniciativa pública, ora pela iniciativa privada, que fazia este controle por parte das instituições. Portanto, historicamente, o ensino de alunos com necessidades especiais não foi obtido como um dever do estado, que oferecia um ponto facultativo para a criação destas instituições.

Com a maior abrangência do conceito de necessidades especiais dos alunos das escolas, abrindo-se inclusive para a conceituação de alunos presentes dentro do ensino regular, mas com dificuldades de aprendizagem, passa a se discutir a inclusão social não a partir de um espaço escolar específico, mas passa a se pautar a necessidade da inclusão desses alunos dentro dos espaços escolares regulares.

A instituição do Atendimento Educacional Especializado traz para a finalidade social da escola a formação dos alunos com necessidades especiais, que seriam partícipes ativos dentro da escola regular. Porém, esses alunos demandariam de espaços específicos para ensino dentro da escola, apresentando um currículo específico e uma dinâmica especifica, selando um novo espaço, com seus próprios meios de sociabilidade, porém dentro da escola.

O Atendimento Educacional Especializado, em si, portanto, não seria a confirmação de uma prática curricular de inclusão, mas demandaria de alterações e flexibilizações no currículo escolar, de forma a atender a demanda dentro da relação aluno/professor sobre as necessidades de ensino na escola.

REFERÊNCIAS

BRIDI, Fabiane. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO. Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 42-56, jun. 2009. ISSN 1982-9949. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.hp/reflex/article/view/766/668.

Acesso em 31 ago. 2018. http://dx.doi.org/10.17058/rea.v17i1.766.

BUENO, José Geraldo Silveira. Função social da escola e organização do trabalho pedagógico. Educar em revista, n. 17, p. 101-110, 2001.